

Editorial

CABRAL PRIVILEGIA EMPRESÁRIOS, NEGA REAJUSTE A TRABALHADORES E NÃO INVESTE EM SAÚDE E EDUCAÇÃO

Desde o mês de junho de 2011, vimos tomando conhecimento, através da imprensa, das promíscuas relações do governador com um grupo de grandes empresários que acumularam milhões de reais nos últimos quatro últimos anos a partir de incentivos fiscais concedidos pelo governo do estado.

Só para as empresas do multimilionário Eike Batista – a OGX, de extração de Petróleo, e a LLX Minas-Rio, responsável pelo Porto Açu – foram R\$ 75 milhões em isenções fiscais - renúncia fiscal - entre os anos de 2007 e 2010, segundo levantamento do Ministério Público do Rio de Janeiro.

O filão da isenção, que não se restringe a megaempresas, favoreceu até mesmo um salão de beleza frequentado pela então primeira-dama, como divulgado pelo jornal O Globo.

No total, a benesse dispensada a empresários desfalcou os cofres públicos de um montante equivalente a 75% da receita tributária líquida do estado.

Melhor arrecadação, piores serviços públicos e aviltantes salários

Enquanto isso, a população do nosso estado é taxada sem dó e recebe de volta um serviço público sucateado pela falta de investimento e pelos baixos salários pagos aos seus servidores. A situação da saúde e da educação é exemplo da importância que a maioria do povo fluminense tem para o seu governador.

O volume de arrecadação do estado do Rio de Janeiro cresceu nos últimos anos em razão inversamente proporcional ao salário do seu funcionalismo. Não são poucos os grupos de servidores deste estado que recebem o pior salário de sua área de atuação no país. Além dos bombeiros e dos profissionais da rede de educação, também nós, professores das universidades estaduais, estamos entre os piores salários.

No último encontro de docentes das universidades estaduais promovido pelo Andes-SN em abril de 2011 na Bahia ficou patente este desnível. Um professor adjunto da Universidade Estadual da Paraíba, por exemplo, uma das mais pobres unidades da federação, recebe em torno de R\$ 12 mil reais, quase o dobro da média dos colegas fluminenses.

Falta de dinheiro é falso argumento

A situação aviltante não tem deixado calados os trabalhadores de nosso estado. A força e o apoio conquistados pelos movimentos dos bombeiros e pela greve dos profissionais da educação já não podem ser desprezados pelo governador.

A série interminável de denúncias do privilegiamento aos empresários promovido com dinheiro público contradiz os argumentos do governador de que os reajustes pleiteados provocariam desequilíbrio nas contas do estado. Mais: enquanto o governo deixa de arrecadar o equivalente a

75% de sua receita com renúncia fiscal (50 bilhões, nos últimos quatro anos), gasta em folha de pagamento apenas 27% da sua receita líquida, quando o limite prudencial estabelecido por lei é de 46%.

Pouco antes do fechamento desta edição do *Boletim Asduerj*, outra denúncia atingia o governo do estado mesclando concessão indevida de isenção fiscal e superfaturamento de preço, obrigando até o Tribunal de Contas da União (TCU) a entrar em ação. Justificado

pelo uso de verbas federais no projeto, o TCU investiga o superfaturamento da compra de contêineres e módulos metálicos utilizados pelo estado e pela prefeitura para instalação das denominadas Unidades de Pronto Atendimento 24h (UPAs). Inclusive, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea-RJ) tem alertado para o alto valor das UPAs para os cofres do estado e do município. Custam 25% a mais do que a construção de hospitais de alvenaria. Podemos, portanto, deduzir que esse custo elevado é devido a prováveis superfaturamentos de preços.

Outra investigação, esta do Tribunal de Contas do Estado, tem como objeto os incentivos fiscais concedidos à Metalúrgica Valença, responsável pela maioria dos contratos para fornecer os módulos metálicos para as UPAs. Criada em 2008, a empresa - pertencente a um amigo do vice-governador Luiz Fernando Pezão - faturou desde então cerca de R\$ 380 milhões em contratos com o estado, conforme denúncia do jornal O Globo.

A proximidade dos megaeventos – Copa e Olimpíadas – promete multiplicar ainda mais esta sangria dos cofres públicos. As vultuosas obras, que sofrem um estratégico atraso, já são entendidas pelo senso comum como álibi para que o superfaturamento de custos, favorecido pela ausência de licitação, torne-se moeda corrente.

É preciso superar o abuso de poder

Esse tratamento do dinheiro público, que expressa um abuso de poder do governador e do poder econômico pode estar só começando. Penaliza a população com o aumento sem controle de aluguéis, preços e impostos e com o uso da força para

expulsar os mais pobres das áreas urbanas - restringindo de forma cabal os espaços democráticos - deixando o caminho livre para a sanha da especulação imobiliária.

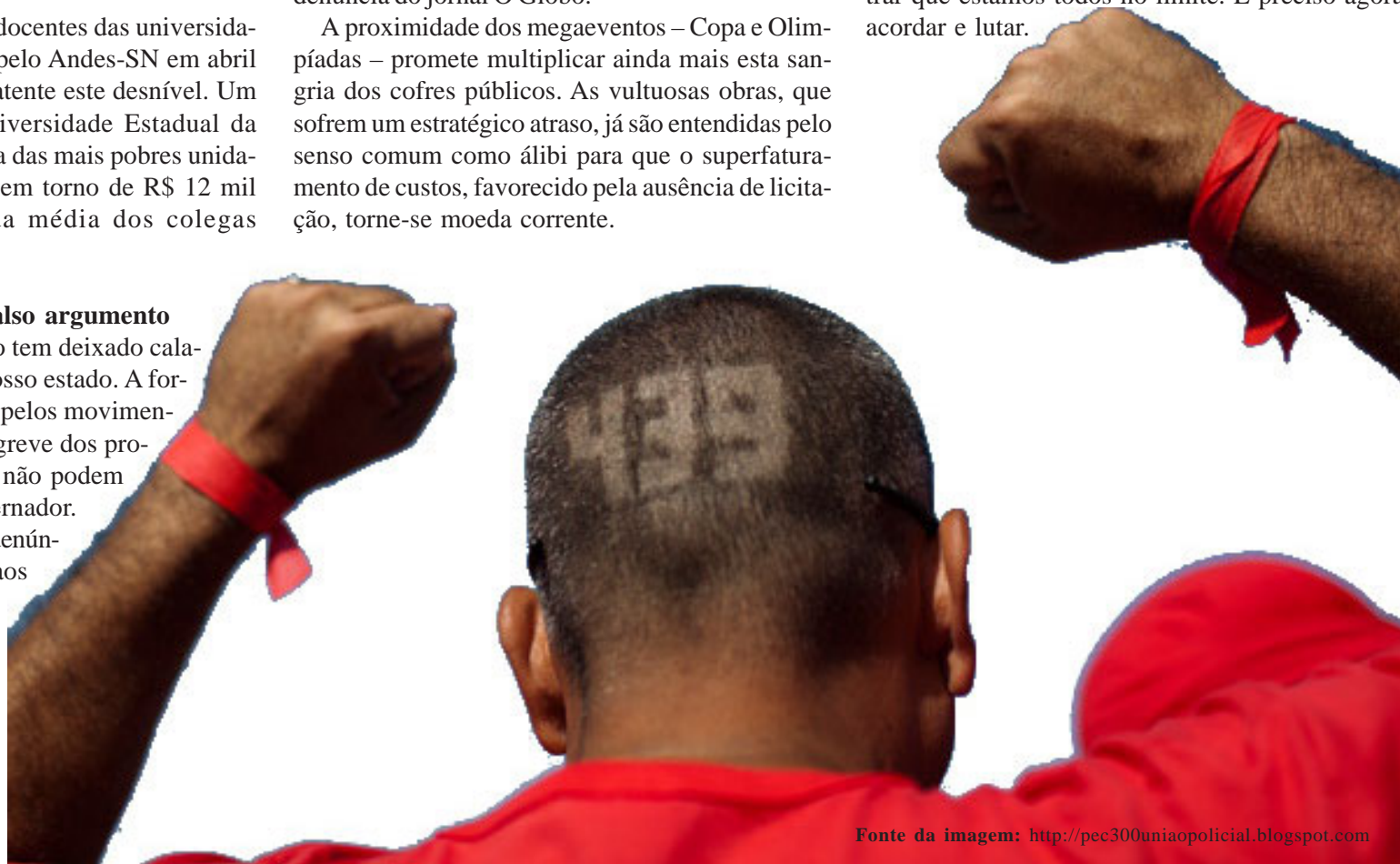
Não por acaso,

o estado do Rio de Janeiro, governado a mais de uma década por um mesmo partido, vem apresentando, nos últimos anos, índices de qualidade de vida incompatíveis com a sua produção econômica. Direitos essenciais, como educação, saúde e moradia têm chegado a níveis inaceitáveis de degradação em nosso estado e as lutas de resistência têm sido criminalizadas.

Até mesmo as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) – responsáveis diretas pela reeleição de Cabral – já recebem críticas de seu próprio mentor. O Secretário de Segurança Pública, José Maria Beltrame, em recente entrevista, mostrou-se cético quanto ao sucesso da máquina repressora com a atual inexistência de investimentos na melhoria da qualidade de vida da população.

Vivemos, então, uma situação irreversível? Os bombeiros e os profissionais da educação já começaram a nos mostrar que não, a apontar o caminho. O apoio da população a essas lutas parece demonstrar que estamos todos no limite. É preciso agora acordar e lutar.

VIVEMOS, ENTÃO, UMA SITUAÇÃO IRREVERSÍVEL? OS BOMBEIROS E OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO JÁ COMEÇARAM A NOS MOSTRAR QUE NÃO, A APONTAR O CAMINHO. O APOIO DA POPULAÇÃO A ESSAS LUTAS PARECE DEMONSTRAR QUE ESTAMOS TODOS NO LIMITE.





Informe ASDUERJ



12 a 14 de agosto de 2011.
Petrópolis - RJ

II ENCONTRO ASDUERJ DE PROFESSORES APOSENTADOS

PROFESSORES APOSENTADOS HOJE. EDUCADORES. SEMPRE.

Reitoria afirma ter enviado anteprojeto da DE à Casa Civil

Após persistentes investidas da Asduerj, o reitor garantiu em sessão do Conselho Universitário no dia 22 de julho ter finalmente enviado o anteprojeto de regime de trabalho em Dedicação Exclusiva ao governo do estado.

Além do documento, a reitoria diz ter encaminhado ainda um estudo de impacto da implantação da DE na folha de pagamento da universidade.

A insistência da Asduerj deve-se a preocupação quanto ao prazo para aprovação da Lei Complementar da DE na Alerj a tempo de constar no orçamento do estado para 2012.

Novos associados

Os processos para progressão a professor associado deverão ter início no começo do segundo semestre letivo de 2011. A promessa feita pelo reitor durante sessão do Conselho Universitário no dia 10 de julho foi reiterada pela diretora do Centro de Tecnologia e Ciência, Maria Georgina Washington. Segundo a dirigente, durante o mês de julho os diretores de centro preparam junto com representantes das sub-reitorias o edital de processo para que seja editado no início de agosto.

Um dos problemas, segundo Georgina, foi a efetivação das comissões, pois em algumas unidades não existe associados

ou titulares suficientes para compô-las, como determina a resolução que regulamenta o processo.

Campanha Salarial 2011

No início de julho, representantes do Fórum das Entidades Sindicais e Estudantis das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro protocolaram no gabinete civil e nas secretarias de estado de Ciência e Tecnologia e de Planejamento e Gestão a pauta de reivindicação unificada de alunos e trabalhadores destas instituições, que se encontram em campanha salarial.

Na Secretaria de Ciência e Tecnologia (Sect), a comissão foi recebida pelo sub-secretário Luiz Edmundo, em reunião que durou aproximadamente uma hora e meia. O sub-secretário se mostrou favorável a uma série de aspectos, como a unificação das carreiras das universidades estaduais, incluindo a Dedicação Exclusiva. Comprometeu-se ainda a estabelecer um canal de negociação junto ao governo.

Conheça os documentos em na página da asduerj (www.asduerj.org.br).

56º Conad: Proposta de universidade do Andes-SN é atualizada

Ao término de quatro dias de intensos debates sobre diversos temas, entre eles

a atualização dos planos de lutas do Sindicato Nacional, representantes de 54 seções sindicais do ANDES-SN votaram pela atualização do Caderno 2, documento que reúne a concepção de universidade do ANDES-SN. No total, 177 docentes participaram do 56º Conad, realizado em Maringá (PR), de 14 a 17 de julho.

A votação aconteceu na manhã de domingo, dia 17, quando os delegados se debruçaram sobre as alterações indicadas pelos grupos mistos. A atualização do documento representa a consolidação de um novo patamar para o Caderno 2, fortalecendo a proposta do Sindicato Nacional para a universidade brasileira. As questões consolidadas constarão da proposta que o Sindicato encaminhará ao governo federal e lutará para que seja incluída no Plano Nacional de Educação 2011-2020, a ser votado no Congresso Nacional. Entre estas propostas, a mais importante é a defesa da inclusão de 10% do PIB para a educação pública.

II Encontro Asduerj de Professores Aposentados

Será realizado entre os dias 12 e 14 de agosto em Petrópolis, com o tema *Envelhecer com saúde (sugestão, pois trata-se do tema do evento)*. Participarão do encontro os gerontólogos Neusa Cáfora e Amaro Crispim que discutirão o tema. Também está confirmada a presença da assistente social Eliana Mendonça, da Policlínica Piquet Carneiro, que estuda a implantação de um serviço especial para aposentados da Uerj. A proposta do serviço foi definida no I Encontro de Aposentados da Asduerj, realizado em julho do ano passado na cidade de Conservatória.

Os interessados em participar devem entrar em contato com a secretaria da Asduerj, nos telefones 2264-9314 ou 23340-0511.

GOTIDIANO

Gatinhos carentes e ameaçados

Com doze anos de trabalho voluntário de cuidado e alimentação dos gatos do *campus* Maracanã, o projeto “Bigodinhos Carentes” está ameaçado de extinção.

Em maio, através de memorando encaminhado por e-mail à professora Eliane Narducci, responsável pelo projeto, a Prefeitura dos *Campi* ordenou que todos os felinos fossem retirados da universidade em no máximo trinta dias.

Imediatamente, Narducci, que é coordenadora de estágio do Colégio de Aplicação da Uerj, respondeu ao memorando, enviando cópia para diversas redes de proteção de animais no mundo.

Em poucos dias, o prefeito recebeu mais de mil mensagens de protesto, reclamando da decisão da administração da universidade.

A mobilização virtual provocou a realização de uma reunião entre representantes do projeto e o prefeito dos *campi*, Ivair Lopes Machado, mediada pela presidente da Asduerj, professora Cleier Marconsin.

O impasse

A decisão do prefeito foi motivada por um imbróglio com a direção do Instituto de Educação Física e Desportos (IEFD) que já dura mais de um ano. Um dos grupos de gatos alimentados e cuidados pelo projeto se fixou no Centro Cultural da Uerj, próximo ao ginásio esportivo da universidade. Alguns deles, aproveitando uma abertura lateral no ginásio, entram no local para defecar e urinar nas quadras.

Desde que soube das reclamações, a professora Narducci sugeriu fechar o espaço por onde entram os

bichanos. Outra solução seria transferir os gatos para outro espaço no *campus*. Porém, afirma a docente, não há garantias de que eles não retornariam ao local. “Os gatos são territorialista, costumam voltar para o espaço que escolheram”, explica.

“A melhor solução seria a instalação de telas de proteção. A própria Asduerj já se ofereceu para pagar por este serviço, mas não podemos invadir o espaço da Educação Física sem permissão da direção. E, no momento, a direção da unidade se mostra inflexível”, lamenta Narducci.

O “Bigodinhos Carentes” está em atividade desde 1999, quando a professora Eliane Narducci reuniu as pessoas da Uerj que alimentavam os bichos por conta própria, a fim de unificar e organizar o trabalho de proteção aos animais.

Hoje são cinco participantes, entre professores, técnico-administrativos e estudantes, que alimentam, medecam, castram e cuidam da adoção dos animais, oferecendo-os em feiras, *pet shops* e pela internet. “Temos um



A profª Eliane Narducci alimenta os bichanos
Foto: Imprensa Asduerj

A MELHOR SOLUÇÃO SERIA A INSTALAÇÃO DE TELAS DE PROTEÇÃO. A PRÓPRIA ASDUERJ JÁ SE OFERECIU PARA PAGAR POR ESTE SERVIÇO, MAS NÃO PODEMOS INVADIR O ESPAÇO DA EDUCAÇÃO FÍSICA SEM PERMISSÃO DA DIREÇÃO.

convênio com a Suípa para a castração e já reduzimos de 50 para 30 animais aproximadamente a população no *campus* Maracanã”, informa a responsável pelo projeto.

Esta iniciativa é voluntária e feita sem nenhum fomento. Tudo é fornecido com nossos próprios recursos: ração, medicação e transporte; é preciso muito amor, tempo e dinheiro, declara a docente.

O trabalho já foi tema do “Boletim Asduerj” e de uma grande e elogiosa matéria no Informe Uerj, veículo oficial de comunicação da reitoria.

Não temos para onde levar os bichanos. Os abrigos estão todos lotados. Além disso, a presença dos gatos é saudável para eles e para a comunidade universitária como um todo, pois evita a proliferação de ratos, defende Narducci.

Por enquanto, a ameaça de expulsão dos bichos parece suspensa. Os membros do

projeto esperam, agora, uma nova reunião com a prefeitura e com a direção do IEFD para dar uma solução definitiva ao problema.

expediente



DIRETORIA DA ASDUERJ (BIÊNIO 2009/2011)

Presidente: Cleier Marconsin (FSS)

I Vice-Presidente: Luiz Claudio de Santa Maria (IQ)

II Vice-Presidente: Ademir de Assis Figueiredo (FCM)

I Tesoureiro: Guilherme Locks Guimarães (IEFD)

II Tesoureiro: Guilherme Lúcio Abelha Mota (IME)

I Secretário: Inalda Pimentel (FFP)

II Secretário: Antonio Braga Coscarelli (*in memoriam*)

EDITORES RESPONSÁVEIS

Cleier Marconsin

Guilherme Mota

Luiz Claudio de Santa Maria

EQUIPE TÉCNICA

Jornalista: Sérgio Franklin

Edição de Arte: Leila Braile

Divulgação: José Luis Sousa

“É INCOMPREENSÍVEL QUE A UERJ NÃO TENHA DEDICAÇÃO EXCLUSIVA”



Presidente da Comissão Permanente de Educação da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro desde a penúltima legislatura, o deputado pelo PPS, Comte Bittencourt (foto acima), foi um dos autores da emenda que incluiu na Lei 5.343/2008 a previsão de instalação do regime de trabalho em Dedicção Exclusiva na Uerj ao final da implementação do Plano de Carreira Docente.

Neste momento em que o anteprojeto de DE da universidade já está definido e todos aguardam que até setembro, quando a Alerj precisa votar a lei complementar, o comunicado do governador chegue ao legislativo com a proposta da Uerj para o novo regime de trabalho, o *Boletim Asduerj* foi conversar com o parlamentar sobre os caminhos da tramitação do projeto no Legislativo. Otimista, Comte mostrou-se certo da aprovação do projeto.

Para o *Boletim Asduerj*, falou ainda da autonomia universitária e da PEC que propõe o aumento de verbas para a educação no estado.

Como o deputado avalia que será a tramitação da Dedicção Exclusiva?

Durante estes anos em que estou à frente da Comissão Permanente de Educação, tivemos o apoio do conjunto da Assembleia Legislativa nos momentos importantes para a educação do Rio de Janeiro. Evidentemente, gostaria que este apoio fosse maior, mas não posso deixar de reconhecer com isenção quando avançamos no primeiro plano de carreira docente da Uerj, quando conseguimos aprovar o primeiro Plano Estadual de Educação, a primeira Lei de Responsabilidade Educacional, enfim, uma série de outras iniciativas do legislativo que foram conquistadas mediante a compreensão do conjunto dos deputados da Casa.

A emenda que aprovamos para que o Conselho Universitário regulamentasse a matéria de Dedicção Exclusiva a fim de que esta entre em execução a partir de 2012 foi fundamental. É incompreensível que uma universidade, qualquer que seja, mas especialmente a Uerj, com sua história, com sua tradição, com a sua presença expressiva no cenário educacional, no cenário da inovação, da pesquisa, da extensão, não tenha em sua carreira a previsão do docente DE. Isto é uma conquista da luta dos sindicatos que a Casa compreendeu, com a aprovação da nossa emenda. Agora estamos aguardando a mensagem do governo que chegará à Casa tratando da matéria, e tenho certeza de que, assim como aprovamos a emenda em 2008, teremos o apoio da maioria dos parlamentares para, finalmente, introduzir a DE no plano de salário dos professores da Uerj.

Mas, por termos neste momento uma bancada mais governista, as dificuldades não poderão ser maiores?

A Casa já era de maioria governista à época, só mudaram os nomes.

COMTE BITTENCOURT Presidente da Comissão Permanente de Educação da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

O governo do estado passa por um momento de dificuldades, em que sua imagem está arranhada pelo apoio da sociedade à greve de servidores públicos, de um lado, e, por outro, com as evidências de relações promíscuas com grandes empresários. Essa fragilidade de Cabral poderá ajudar às demandas da Uerj?

Há uma visão equivocada de governos sucessivos do Rio de Janeiro de esvaziamento das carreiras do estado. Alguns setores do governo precisam compreender que o estado só consegue cumprir de fato o seu papel de prestador de serviço público de qualidade se tiver investimentos, reconhecimento e valorização dos seus colaboradores, que são os seus servidores. Essa questão é uma luta permanente aqui no Rio de Janeiro. A segunda economia do país não pode ter os piores salários do país. Isto demonstra que os últimos governos foram acumulando um passivo social no salário dos seus servi-

dores que a todo momento debatem e lutam, através dos movimentos, das greves, das paralisações, em busca do apoio da sociedade.

Lamento que, em um momento em que há uma agenda promissora de desenvolvimento econômico capaz de gerar muitos empregos no futuro próximo, o governo não veja com a mesma importância a agen-

Quanto ao orçamento das universidades, há uma demanda antiga de vinculação orçamentária que se concretizou na Constituição do Estado, com o artigo que prevê 6% da receita tributária líquida para a Uerj. Na audiência, o deputado sugeriu a elaboração de uma PEC para criar uma nova vinculação para o orçamento destas instituições..

Na verdade, é o apoio a uma PEC que já está tramitando.

Sim, a PEC 64, mas esta refere-se a um orçamento global para a educação sem mencionar especificamente a educação superior.

Porque o PEE já especifica. O que queremos com a PEC 64 é que o Rio de Janeiro saia de um cenário medíocre de investimentos de educação. O Rio de Janeiro continua insistindo em só aplicar o mínimo constitucional de 25%. O que estamos propondo é que, nos próximos cinco anos, a cada ano, a partir de 2012, o estado aplique mais 1% das suas receitas correntes líquidas em educação, chegando em 2016 a 30%. Com isso, estamos falando em mais 1 bilhão e 300 milhões de recursos para a educação. Seguramente, o investimento é o centro das possibilidades de avançarmos nas políticas de educação. E seguramente as universidades serão contempladas.

Mas poderia haver uma PEC exclusiva para o orçamento das universidades?

Essa é uma discussão que precisa ser aprofundada. É uma reivindicação de todos os reitores, que são eleitos democraticamente pela comunidade universi-



A DE É UMA CONQUISTA DA LUTA DOS SINDICATOS QUE A CASA COMPREendeu, COM A APROVAÇÃO DA NOSSA EMENDA.

TENHO CERTEZA DE QUE TEREMOS O APOIO DOS PARLAMENTARES PARA, FINALMENTE, INTRODUIR A DE NO PLANO DE SALÁRIO DOS PROFESSORES DA UERJ.

A presidente da Asduerj, professora Cleier Marconsin, participa da última Audiência Pública da Comissão de Educação, na Alerj, no mês de maio. (Foto: Imprensa Asduerj)

da da sua inteligência, que é a formação da sua capacidade de pensar. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro é o centro principal desta formação.

Na última audiência da Comissão de Educação com dirigentes e representantes de trabalhadores e estudantes das universidades estaduais, o deputado mencionou que as reivindicações destas instituições deveriam, dali em diante, estar vinculadas ao Plano Plurianual e ao Plano Estadual de Educação. Este último, como o deputado mencionou, é muito favorável ao ensino superior público do nosso estado e já está vigente, porém, ao ser sancionado, não mudou efetivamente a situação da educação. Não é possível que ocorra o mesmo com a aprovação do Plano Plurianual?

A sua observação está correta, mas não elimina a importância do plano. O plano é uma transição de ação de governos para uma política de estado, que é o que queremos. Independentemente dos governos que estejam respondendo pelo estado do Rio de Janeiro, ter um plano de ação de políticas públicas nas áreas fundamentais do estado de médio e longo prazos, um plano decenal, como é o Plano de Educação, traz normalidade, continuidade de políticas, um ambiente, diria, mais saudável nas relações dentro das instituições do Rio de Janeiro. Avançamos, mas temos que lutar para que os planos sejam cumpridos. Para que o governo execute o que ele mesmo sancionou na lei em 2009. Para isto, serão necessários acompanhamento, movimentação da sociedade, denúncia ao Ministério Público, como estamos fazendo regularmente. É uma nova prática de política de médio e longo prazos.

tária e têm autonomia acadêmica, mas não têm autonomia administrativo-financeira conforme apregoa a Constituição Federal. Esta é uma questão que temos de resolver aqui no Estado do Rio de Janeiro. Dar responsabilidade para os reitores responderem por seus orçamentos é um pré-requisito para autonomia.

Há uma resistência dos governos dos estados de que haja vinculações orçamentárias, sendo inclusive esta a natureza última do questionamento na justiça dos 6% da Uerj. A PEC 64 pode sofrer o mesmo constrangimento?

É uma luta política, por isto estamos pedindo o apoio do conjunto da comunidade universitária. Os governantes não gostam de vinculações nos seus orçamentos, isto lhes tira boa parte da liberdade de colocar o dinheiro onde queiram. Se estivéssemos em um país onde a educação já fosse tratada como política prioritária, isso seria até compreensível. No entanto, estamos em um país em que os governos ainda não fizeram o chamado “dever de casa” quanto à educação. A dívida social com a educação do povo brasileiro é muito grande ainda. Então, criar vinculação de parte do orçamento para obrigar que esses recursos cheguem à educação se faz necessário. Quem sabe no futuro isso seja desnecessário porque os governos já compreenderam que investir em educação é prioridade.

O deputado crê que isto será possível com este governo Cabral?

Na educação, tudo é uma luta intensa. Mas qualquer avanço a gente comemora intensamente.



MARCELO ROLLO

Professor da Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro e Graduando em Pedagogia na Faculdade de Educação da Uerj.

O DESCOMPROMISSO DO GOVERNO CABRAL COM A EDUCAÇÃO PÚBLICA

O governador do Estado do Rio de Janeiro, Sergio Cabral, quando candidato ao cargo em 2006, costumava declarar que era filho de professora e que a educação pública estadual, caso vencesse as eleições, seria respeitada e os educadores seriam tratados com dignidade. Naquela campanha Sergio Cabral enviou para os lares de milhares de educadores uma carta compromisso empenhando a sua palavra com uma série de ações: reposição das perdas salariais dos últimos 10 anos, manutenção do plano de carreira e inclusão dos professores de 40h, descongelamento do plano de carreira dos funcionários administrativos, fim da política da gratificação, abono de greves e paralisações, fim das terceirizações e contratos precários na educação e concluía o documento afirmando: “A Secretaria de Estado de Educação do meu governo terá como titular pessoa com histórico na área de educação e vínculos com o magistério.”

Atualmente, no quinto ano de Sergio Cabral como chefe do poder executivo estadual, a educação pública do Estado atravessa um dos piores momentos de sua história. Absolutamente nenhuma das promessas do tempo de campanha foi cumprida. O piso salarial líquido da educação do Estado do Rio de Janeiro é o pior entre os 27 estados do país (professor R\$ 610,38 e funcionário R\$ 433,00). O governo tem um economista, Wilson Risolia, como secretário de educa-

ção, que, tão logo empossado no cargo, declarou a educação como um negócio e tem sido esse o caminho imposto para a educação nesse governo. As escolas são vistas como fábricas e a educação, como mercadoria. Foi implantada uma política de gestão que acabou com a democracia interna das escolas, tirando o direito da comunidade escolar de escolher a direção da sua unidade. Os diretores/interventores possuem remuneração bas-

computador apenas para verificar horários e presenças, mas sem a disponibilização de ferramentas realmente úteis para pesquisas e/ou dinamização das aulas.

A tudo isso se soma o triste cenário de escolas sem funcionários de apoio, limpeza, merendeiras, bibliotecários, pedagogos, psicólogos e até professores de diversas matérias. Escolas com turmas superlotadas (mais de 45 alunos), com problemas de abastecimento de água, com prédios sem manutenção, que alagam em dias de chuva, que funcionam em espaços locados e o estado paga imensos aluguéis mensais etc.

Na verdade, as 1.652 unidades que integram a rede e os 70 mil profissionais vivem um cotidiano de abandono e descompromisso por parte do governo estadual, muito semelhante ao que se constata de maneira mais ampla em toda a educação pública do país. Situação que explica o fato de 2.376 professores terem abandonado a rede do estado só no primeiro semestre desse ano

e deixa claro para toda a sociedade porque os educadores estaduais estão em greve desde o dia 07 de junho. Trata-se de uma luta por demandas salariais e estruturais legítimas e fundamentais, para o desenvolvimento de uma escola pública que produza nos estudantes de hoje a cidadania necessária para construir o país justo e fraterno que sempre buscamos.

NO QUINTO ANO DE SERGIO CABRAL COMO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, A EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO ATRAVESSA UM DOS PIORES MOMENTOS DE SUA HISTÓRIA.



Professores da Rede Estadual de Ensino foram “recebidos” com bomba de gás pela polícia do governo do Rio. Foto: www.ler-qi.org/IMG/jpg/rio_professor4.jpg

tante superior a dos profissionais da escola e são definidos em processos de seleção interna da secretaria de educação, sem critérios claros. O governo também tenta instituir um plano de metas quantitativas nas escolas, um currículo mínimo elaborado sem debate e transparência e um sistema tecnológico de controle dos estudantes e dos profissionais, onde em cada sala de aula haverá um